

VULNERABILIDADE SOCIAL E DESEMPENHO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE BERTIOGA – SP: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS E AS POTENCIALIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



*Jessica Rosa Rodrigues¹ ; Michele Santos Damasceno² Cristina Schmidt³,
Maíra Darido da Cunha⁴*

RESUMO: A vulnerabilidade e a desigualdade social, são aspectos que influenciam diretamente no desenvolvimento escolar, gerando situações de fragilidade que impedem o desenvolvimento cognitivo e contribuem para o aumento da dificuldade de aprendizagem, a carência de suporte familiar, e um ambiente instável são prejudiciais à concentração e a capacidade de aprender, dessa forma, este artigo busca, portanto, analisar a complexa relação entre o contexto de vulnerabilidade social e seus possíveis impactos no desempenho escolar de crianças e adolescentes no município de Bertioiga, destacando a importância da escola como espaço de proteção e desenvolvimento integral. No desenvolvimento da pesquisa, a abordagem foi de natureza qualitativa por analisar os aspectos subjetivos de um fato da realidade social. Para a coleta de dados foram adotados os procedimentos de levantamento bibliográfico e levantamento documental.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade social, desempenho escolar, políticas públicas.

SOCIAL VULNERABILITY AND SCHOOL PERFORMANCE IN THE MUNICIPALITY OF BERTIOGA – SP: AN ANALYSIS OF THE IMPACTS AND POTENTIAL OF PUBLIC POLICIES

ABSTRACT: Vulnerability and social inequality are aspects that directly influence school development, generating situations of fragility that impede cognitive development, and contribute to the increase of learning difficulties. The lack of family support and an unstable environment are detrimental to concentration and the capacity to learn. This article, therefore, seeks to analyze the

¹ Graduanda no curso de Pedagogia pela Faculdade Bertioiga – FABE. Agente de apoio escolar pela Promove, Criança Feliz Inclusão Social. Fez estágio de observação docente EM Prof Miriam de Assis, E.M. Hilda Strenger Ribeiro, EM Giusfredo Santini. E-mail: Rosaj6186@gmail.com

² Graduanda no curso de pedagogia pela faculdade Bertioiga-SP FABE. Fez estágio de observação docente no Escola Castelinho Infantil (2023), E.M. José de Oliveira Santos (2024), E.M. Giusfredo Santini. E-mail: Michydamascenosantos@gmail.com.

³Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, Mestre em Teoria e Ensino da Comunicação pela UMESP. Professora na Faculdade de Bertioiga – FABE. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa GREC – Museologia – UFBA. E-mail: cristina.schmidt.sp@gmail.com. Orientadora.

⁴ Pós-doutorado, doutora e mestre em educação escolar pela Universidade Estadual Paulista-Unesp. Docente da Fabe. E-mail: mairadaridodacunha@gmail.com. Coorientadora.

complex relationship between the context of social vulnerability and its possible impacts on the school performance of children and adolescents in the municipality of Bertioga, highlighting the importance of the school as a space for protection and integral development. In the research development, the approach was qualitative in nature, as it analyzed the subjective aspects of a social reality. For data collection, the procedures of bibliographic survey and d

KEYWORDS: Social vulnerability, school performance, public policies.

1. Introdução

A desigualdade e a vulnerabilidade social constituem desafios estruturais persistentes que impactam profundamente o desenvolvimento humano e social. De acordo com os sociólogos Castells (1998) e Bourdieu (1997), a desigualdade social é definida pela distribuição iníqua de recursos e oportunidades, enquanto a vulnerabilidade social se refere à condição de indivíduos ou grupos expostos a situações de fragilidade e com mínimas condições de sobrevivência. Tais condições não se restringem à dimensão econômica, manifestando-se de forma complexa em esferas como saúde, moradia e, crucialmente, na educação.

Este artigo busca, portanto, analisar a complexa relação entre o contexto de vulnerabilidade social e seus possíveis impactos no desempenho escolar de crianças e adolescentes, destacando a importância da escola como espaço de proteção e desenvolvimento integral.

As pessoas inseridas nesses grupos de vulnerabilidade social enfrentam situações de fragilidade que se manifestam de várias formas, influenciando na saúde, moradia, trabalho, na educação, e no acesso aos seus próprios direitos que estão descritos e garantidos na Constituição Federal de 1988.

Existem alguns programas governamentais de transferência de renda que tentam dar um suporte familiar nessas condições, como o Viva leite, Cadunico, Pé de meia e Bolsa Família acompanhado pela frequência escolar, incentivo às famílias para manter as crianças e adolescentes nas escolas e combater a evasão escolar.

Apesar dessas famílias matricularem seus filhos no ensino formal, todas as suas fragilidades impedem o pleno desenvolvimento dos alunos, mesmo que eles estejam contemplados de seus

direitos pelo Estatuto das Crianças e Adolescentes (ECA), lei 8.069 de 13 julho de 1990, com o ponto central de garantir a eles o necessário em condições de liberdade de dignidade.

É importante ressaltar as dificuldades de aprendizagem que são reflexo da vulnerabilidade social. Situações de fragilidade impedem o desenvolvimento cognitivo e contribui para o aumento da dificuldade de aprendizagem.

Podemos destacar o fato de que algumas crianças vão para escola para se alimentar, por viver em um ambiente de extrema pobreza na qual a escola é o lugar mais seguro onde ela poderia estar, longe de quaisquer tipos de violência que possa sofrer. Por isso, a importância da observação com um olhar mais apurado de professores para seus alunos a ponto de perceber situações que estejam dificultando o processo de aprendizagem dessa criança.

Deste modo, por meio deste artigo busca-se analisar e abordar as situações de vulnerabilidade social que influenciam no desempenho escolar, em que muitas escolas vivenciam essa realidade, que abrange um conjunto de fatores na vida das crianças e adolescentes.

Dentro desse contexto o artigo percorreu a seguinte questão: quais são os possíveis impactos da vulnerabilidade social na aprendizagem das crianças e adolescentes? Como hipótese entendemos que a desigualdade social, a falta de apoio familiar, a exposição a violência, falta de moradia adequada, má alimentação e os maus-tratos, além do abuso sexual são aspectos que influenciam o desempenho escolar das crianças e dos adolescentes.

Nesse sentido, os objetivos do trabalho foram: analisar os impactos da vulnerabilidade social no desempenho escolar do ensino fundamental. No desenvolvimento da pesquisa a abordagem foi de natureza qualitativa por analisar os aspectos subjetivos de um fato da realidade social. Para a coleta de dados foram adotados os procedimentos de levantamento bibliográfico e levantamento documental. O primeiro significa que serão coletados livros que abordam o tema de forma aprofundada e artigos científicos que apresentam resultados de pesquisas ou discursões teóricas e concisas. O segundo procedimento, implica em coletar documentos em instituições públicas para consulta direta e cópias buscando informações relevantes para a pesquisa, a identificações de padrões e análise de conteúdo. (Severino, 2010).

2. Desigualdade, Vulnerabilidade Social e Implicações no Contexto Escolar

4

A compreensão dos fenômenos de desigualdade e vulnerabilidade social é fundamental para analisar as dificuldades enfrentadas no ambiente escolar. Conforme estabelecido por Castells (1998) e Bourdieu (1997), a desigualdade social estrutura a sociedade por meio de uma distribuição desbalanceada de recursos e direitos. A vulnerabilidade social, por sua vez, é a condição resultante dessa iniquidade, expondo grupos e indivíduos a um estado de fragilidade que ameaça suas mínimas condições de subsistência e desenvolvimento (Carrara, 2016). É neste cenário de privações e adversidades que a escola se insere, muitas vezes funcionando como o único espaço seguro e a principal fonte de recursos básicos, como a alimentação, para crianças e adolescentes. Assim, a fragilidade socioeconômica dos territórios onde se localizam as escolas interfere diretamente nas oportunidades educacionais e no capital sociocultural dos estudantes, um desafio central a ser abordado no contexto educacional brasileiro (Ribeiro; Vóvio, 2017).

Diante da relevância de se enfrentar a desigualdade escolar no país, importante chamar a atenção para a dificuldade da escola de valorizar o capital cultural de famílias em situação de vulnerabilidade social: seja quando esse capital se manifesta na forma de valorização do interesse da escola, seja quando se expressa no esforço das famílias de territórios vulneráveis, pela escolarização dos filhos.

Neste contexto, Pedroza afirma que:

A criança, ao chegar à escola, traz consigo uma experiência relacional vivida com a família, com um inconsciente com todas as suas frustrações e recalcamientos de seu drama interior, com seus desejos, sua história, se exprimindo pela sua simbolização. A Pedagogia, portanto, poderia procurar se articular com essa expressão simbólica do aluno a partir das múltiplas situações oferecidas pelo grupo escolar e suas diferentes formas de atividade, oferecendo à criança oportunidade de verbalizar suas tensões (2016, p.72).

É comum as dificuldades sociais serem associadas há alguns transtornos de aprendizagem sem levar em conta ao contexto familiar da criança que influencia no desenvolvimento cognitivo. Vygotsky (1991 apud PEREIRA, 2021, p.3) afirma que “a aprendizagem pautada na interação social onde o sujeito só existe como um ser social como membro de algum grupo e por esse motivo aprende

se relacionando com outros seres e não apenas com o mundo bruto, essas relações são permeadas por afetividade” logo, o aluno interpreta o mundo a partir da interpretação do outro.

Outro aspecto que interfere no aprendizado é a má alimentação que influencia no desempenho escolar, tendo um impacto direto na função cognitiva, e bem-estar emocional das crianças. O Programa nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentada pela lei 11.947/2009, foi implantado para dar suporte à essas necessidades, e visa a formação de hábitos alimentares saudáveis. Esta legislação garante que crianças que vão para a escola e têm baixo rendimento influenciado pela deficiência de nutrientes tenham essas necessidades sanadas através da escola.

Muitas crianças não desenvolvem o potencial de crescimento pois o cérebro está em constante desenvolvimento, necessitando uma alimentação adequada à cada faixa etária. Estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro diz que;

Durante a infância, ela tem dificuldade, inclusive de aprender e apreender os conteúdos que são ditos. Isso pode a longo prazo também contribuir para o surgimento de doenças como obesidade, diabetes. 90% das conexões cerebrais, se dão nessa etapa da vida.

O estado deve assegurar direitos e proporcionar condições para efetiva participação da família no desenvolvimento dos seus filhos. Estudos apontam que crianças com pais que tem baixa escolaridade possui um índice de desenvolvimento mais baixo

O estudo também apontou que crianças negras, da região Norte do Brasil, filhas de mulheres com baixa escolaridade e com renda domiciliar de até meio salário-mínimo, apresentam um índice de desenvolvimento ainda mais baixo.

A falta de suporte familiar causa transtorno tanto na escola quanto na vida social das crianças, deixando-a com autoestima baixa, tornando-se crianças com prejuízos psicológicos, impactando no desenvolvimento, sem essa estrutura as crianças podem ter dificuldades de regular os sentimentos, que pode resultar em comportamentos agressivos ou retraído. Conforme o artigo (Ribeiro, Alves, 2022 p.3).

Silva et al. (2008, p. 216) “a família é concebida como o primeiro sistema no qual um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais são vivenciados pela pessoa em desenvolvimento e cujas trocas dão base para o estudo do desenvolvimento do indivíduo”. Sabemos que a família representa nossa primeira fonte de suporte e contato social, sendo nossa ponte para o convívio com o mundo, ou seja, é um componente de influência importante e é de se

esperar que esse convívio influencie em nossos comportamentos, modo de pensar, emoções e sentimentos.

6

A falta de apoio e o ambiente instável prejudicam a concentração e a capacidade de aprender, a falta de orientação para desenvolver hábitos de estudos, organização e disciplina, elementos fundamentais no processo de evolução cognitivo, diminuindo o estresse aumentando o interesse por atividades escolares motivando a aprendizagem. A nova legislação do ECA descrito no artigo 15.240 de 2025, coloca o abandono afetivo como ilícito civil, exige que os pais estejam presente na vida dos filhos, oferecendo assistência afetiva, psicológica e moral.

Convém destacar que, embora a família se apresente estruturada, ela não se isenta de ser disfuncional, resultando em conflitos constantes, em negligência ou falta de comunicação. É possível oferecer auxílio com apoio das escolas, e programas governamentais como o de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tendo como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos social, oferecendo serviços, programas e benefícios para fortalecer os vínculos familiares e comunitários. A escola quando se deparam com situações que vai além da sala de aula devem acolher esses alunos, ouvir e acionar as redes de proteção, como conselho tutelar que é a primeira instância a ser acionada para garantir os direitos da criança e adolescente, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Fazer acompanhamento pedagógicos manter a atenção à aprendizagem do aluno, considerando seus ritmos e estilos, e oferecer suporte para superar defasagens e combater a evasão escolar, ou muitas faltas consecutivas, que podem levar o aluno a ter uma defasagem na aprendizagem, por faltar diversas vezes as aulas e não conseguir acompanhar o ano letivo ficando assim com uma lacuna em seu desenvolvimento contribuindo para o índice de analfabetismo funcional.

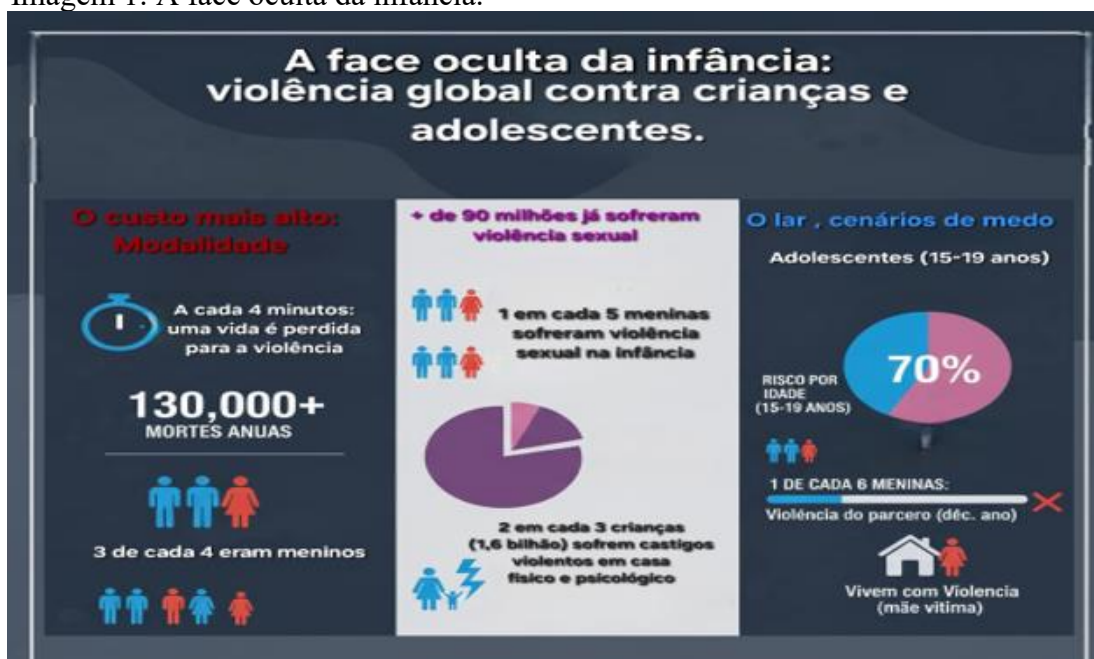
De acordo com uma pesquisa realizada pelo Jornal A tribuna (2024), a respeito do analfabetismo “a baixada santista tem 44.694 analfabetos entre moradores com idade a partir de 15 anos. Eles são 3% dos 1.478 milhão de pessoas nessa faixa etária nas cidades locais entre Santos, Praia grande, Mongaguá, Bertioga, Cubatão, Itanhaém, Peruíbe”. A porcentagem citada no jornal é considerada um fator indicativo de desigualdades sociais.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que uma agência e trabalha para garantir os direitos de crianças e adolescentes principalmente em situação de vulnerabilidades fez um

comunicado a imprensa 5 de novembro de 2024 que diz; que a violência contra a infância seja ela física, emocional ou sexual constitui uma crise mundial que ocorre nos lares, escolas e comunidade e esses efeitos são graves. A exposição a violência durante a primeira infância pode causar estresse tóxico, que afeta o desenvolvimento do cérebro e gera agressividades.

Segundo os últimos dados disponíveis a nível mundial, a cada 4 minutos uma vida é perdida devido a violência, duas em cada três crianças sofrem castigos violentos em casa que podem ser físicos ou psicológicos.

Imagem 1: A face oculta da infância.



Fonte: Elaboração própria com base na UNICEF, OMS e Dados Globais Recentes.

3. Políticas Públicas, Marcos Legais e a Proteção Integral da Criança e do Adolescente

A primeira lei brasileira a assegurar direitos a crianças e adolescentes foi o Código de Menores de 1927, conhecida como Mello Matos, que representou um marco ao considerarem que crianças era um grupo que necessitavam de atenção.

Em 1988 com Constituição Federal veio o artigo 227 (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) que estabelece que:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. Este artigo também determina que eles devem ser protegidos contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- 1990) trouxe uma abordagem mais ampla, quando considerou crianças e adolescente como sujeitos de direito descrito no Art.3:

A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O parágrafo único reforça apontando que esses direitos são para todas as crianças e adolescentes independente de cor, raça crença deficiência ou situação da família sem discriminações afins de alcançar a todos que necessitam da legislação como sujeito de direito. (Lei nº 13.257, de 2016)

Crianças que sofrem agressões costumam representar comportamentos agressivos com colegas, o professor por fazer parte da rede de proteção tem a obrigação legal de agir, o foco deve ser sempre a proteção o acompanhamento e o encaminhamento da situação as instituições especializadas. A escola deve buscar ajuda especializada como descrito no Art. 13.

Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014).

O artigo 18-a fala sobre a proibição de qualquer forma de violência a ser usada para educar crianças e adolescentes garantindo o direito à integridade física e moral deles, nenhuma crenças deve ser vítima negligência, falta de cuidado ou omissão em caso de maus tratos e dever de todos

assegura lhes que esses direitos não sejam violados, a correção e a educação de crianças e adolescentes de ser feita sem o uso de força física. Lei essa conhecida como “lei da palmada”

A educação é um direito fundamental com foco no desenvolvimento integral e na cidadania. Ela garante que sejam tratados com dignidade e respeito, a participação da família nesse processo é fundamental no desempenho escolar, é crucial que tenha acesso a instituições públicas, sendo respeitados com igualdade de condições para sua permanência de forma segura. Além disso se preparar também para o trabalho, por tanto a escola deve desenvolvendo habilidades, valores e atitudes para resolver demandas do cotidiano descreditas na Base Nacional comum curricular (BNCC) tais competências incluindo pensamento crítico, científico e criativo, comunicação, responsabilidade, cultura digital, conhecimento, responsabilidades e cidadania valorizando o discente em sua aprendizagem e na sua evolução durante a vida fazendo que a aprendizagem seja significativa e aplicável na vida.

4. Estratégias e medidas adotadas em Bertioga

Bertioga, município do estado São Paulo, integra a região metropolitana da baixada santista e possui cerca de 64.188 habitantes, conforme dados do Censo IBGE 2022. Sua rede municipal de ensino é composta por 30 escolas, atendendo aproximadamente de 10 mil alunos matriculados. A rede municipal de ensino de Bertioga desenvolveu o projeto “Escola Acolhedora” no ano de 2021 pós pandemia, as escolas municipais da cidade oferecem atendimento psicológico e psicopedagógicos aos alunos. O projeto foi implementado em outubro de 2021 com foco na saúde e desenvolvimento dos estudantes durante o retorno as aulas, a proposta busca a inclusão de alunos com deficiência e apoio aos professores. De acordo com a Secretaria de Educação, os docentes, ao identificarem qualquer situação que cause dificuldade de aprendizagem ou indício de violência doméstica ou sexual, os casos identificados serão analisados e discutidos com o grupo de psicólogos e psicopedagogos, para que a escola possa iniciar o acompanhamento com os familiares, se tiver necessidade, as crianças serão encaminhadas ao projeto da equipe multidisciplinar “Escola Acolhedora” (Carvalho. 2021).

Também foi implementado o Programa Saúde na Escola (PSE) para que a população tenha acesso a saúde e possa ter conhecimento de procedimentos que lhe é ofertado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O programa realiza ações de palestra educativa sobre saúde bucal entre outras. O PSE visa contribuir para formação integral dos alunos por meio de ações de prevenção, ajudando a combater a vulnerabilidade que possam comprometer o desenvolvimento dos estudantes.

De acordo com QEdU, um portal de dados educacionais que fornece informações sobre a educação básica gerido pelo Ideb desde 2020, oferece informações sobre infraestrutura escolar, vulnerabilidade, desigualdade e taxas de rendimento escolar, o que permite analisar o contexto socioeconômico e educativo de Bertioga.

“As taxas de reprovação e abandono, a cada ano escolar, geram um grande efeito acumulado de alunos com um percurso escolar inadequado ao final das etapas. Portanto os índices foram estabelecidos considerando parâmetros internacionais e visando a diminuição desses percentuais.”

Taxas de Rendimento 2024 - INEP (Anos Iniciais)

Ano Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação	Observação
1º ano	0%	0,2%	99,8%	Sem dados adicionais
2º ano	0,4%	0%	99,6%	Sem dados adicionais
3º ano	0%	0,3%	99,7%	Sem dados adicionais
4º ano	0%	0,1%	99,9%	Sem dados adicionais
5º ano	0,4%	0,1%	99,5%	Sem dados adicionais

Fonte: INEP — Taxas de Rendimento Escolar 2024 (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)

Anos iniciais:

Imagem 2: Taxas de Rendimento

A tabela apresenta os dados de aprovações, reprovações e abandono dos alunos do 1º ao 5º ano, referente ao ano letivo de 2024. Os baixos índices de reprovações e evasão demonstra uma porcentagem significativa de aprovação entre os estudantes. Com base nesses dados, é possível

avaliar o desempenho dos alunos do ensino fundamental de Bertioga e servir de base para melhoria e qualificação da educação.

5. Considerações finais

Este estudo buscou analisar os impactos da vulnerabilidade e desigualdade social no processo de aprendizagem das crianças e adolescente, pode-se concluir que a criança que está em situação de vulnerabilidade social tem um baixo rendimento escolar. Tais dificuldades, muitas vezes, são decorrentes de famílias desestruturadas, onde a criança sofre violência física e psicológica.

Além disso, a desigualdade social, a falta de apoio familiar, a exposição à violência, falta de moradia adequada, má alimentação e os maus-tratos, além do abuso sexual são aspectos que influenciam o desempenho escolar das crianças e dos adolescentes, por causa desse contexto existe programas do governo para garantir os direitos previsto na Constituição Federal e o ECA que considerou a criança como sujeito de direito.

As situações de vulnerabilidade refletem no ambiente escolar, de modo que as escolas busquem estratégias e medidas para sanar o baixo rendimento de alunos em situação de vulnerabilidade e desigualdade, buscando apoio da família e políticas públicas que possam auxiliar e manter os discentes na instituição, visando cumprir o direito de acesso e permanência na escola, além de que a educação e direito fundamental, com foco no desenvolvimento integral e na cidadania como está estabelecido na BNCC.

Dito isso, alisamos que o município de Bertioga implementou projetos com o propósito de melhora o desempenho dos alunos, oferecendo psicólogos e psicopedagogos nas escolas, as propostas contribuem também para garantir a inclusão dos alunos com deficiência, melhorando o ensino e aprendizagem do ensino fundamental.

Referências

BOURDIEU, P. (Org.). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 4 nov. 2025.

CARRARA, M. L. **Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar**. 2016. 78 f. Monografia (Pós-graduação em Educação e Direitos Humanos) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Acesso em: 7 abr. 2025.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

COSTA, E. Vulnerabilidade social no contexto escolar: implicações no desempenho e aprendizagem. 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA18_ID10744_28092019210052.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

FREUD, S. O essencial da psicologia. São Paulo: Hunter Books, 2016.

G1. Estudo mostra que má alimentação está atrasando o desenvolvimento de crianças. Jornal Hoje, 16 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/08/16/estudo-mostra-que-ma-alimentacao-esta-atrasando-o-desenvolvimento-de-criancas.ghtm>. Acesso em: 20 set. 2025.

MOTA, Rafael. BAIXADA Santista possui mais de 44 mil analfabetos com mais de 15 anos de idade. Notícias em Destaque. **Jornal A Tribuna**. Publicado em 23 maio 2024. Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/cidades/baixada-santista-possui-mais-de-44-mil-analfabetos-com-mais-de-15-anos-idade-diz-estudo-1.419866>. Acesso em: 22 mar. 2025.

POLITIZE!. Vulnerabilidade social. Disponível em: <https://www.politize.com.br/vulnerabilidade-social/>. Acesso em: 28 set. 2025.

UNICEF BRASIL. Violência contra crianças e adolescentes está amplamente disseminada e afeta milhões em todo o mundo. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/violencia-contras-criancas-e-adolescentes-esta-amplamente-disseminada-e-afeta-milhoes-em-todo-o-mundo>. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.51372>. Acesso em: 15 out. 2025.

PEREIRA, N. S.; ALVES, S. F. Interações familiares conflituosas e seus efeitos no desenvolvimento da depressão. Research, Society and Development, v. 11, n. 16, e391111638169, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38169>. Acesso em: 4 nov. 2025.

PEREIRA, V. A.; JESUS, D. S. de; CATARINO, E. M.; PEREIRA, T. C. B. Dificuldades de aprendizagem no contexto escolar: possibilidades e desafios. Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais, Luziânia, 2021. Acesso em: 4 nov. 2025.

PREFEITURA DE BERTIOGA. Disponível em: <https://share.google/DRIKh1v0Wc7sMjgra>. Acesso em: 6 out. 2025.

_____. **Escolas municipais de Bertioga passam a contar com atendimento psicológico e psicopedagógico.** Prefeitura Municipal de Bertioga Data aproximada: 10 out. 2021. Disponível em: <https://www.bertioga.sp.gov.br/escola-acolhedora-unidades-de-ensino-de-bertioga-passam-a-contar-com-atendimento-psicologico-e-psicopedagogico>. Acesso em: 20 out. 2025.

_____. **Programa Saúde nas Escolas percorre unidades da rede pública de ensino.** Notícias em Destaque, Bertioga., 17 ago. 2023. Disponível em: Escolas municipais de Bertioga passam a contar com atendimento psicológico e psicopedagógico. G1, Santos, 10 out. 2021. Disponível em: <https://www.bertioga.sp.gov.br/escola-acolhedora-unidades-de-ensino-de-bertioga-passam-a-contar-com-atendimento-psicologico-e-psicopedagogico>. Acesso em: 20 out. 2025. Acesso em: 30 set. 2025.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). Secretaria de Comunicação Social. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-basica/pnae>. Acesso em: 8 nov. 2025.

QEDU. Desigualdades educacionais em Bertioga. Disponível em: <https://qedu.org.br/desigualdades/3506359-bertioga>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SILVA, M. T. G.; PÁDUA, P. M. R.; GUIMARÃES, M. O. Os impactos de experiências de contextos de vulnerabilidade social sobre os processos de aprendizagem: o aluno entre o enfeitamento e a escola. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 15, n. 21, 2019. Acesso em: 6 fev. 2025.